ATA NÙMERO DOIS MIL E OITENTA E QUATRO.

Aos sete dias do mês de novembro de 1.988, reuniu-se em sua Sala de Sessões a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do vereador Antonio Ru iz Paloma, secretariada pelo vereador Luiz Eduardo Marins, presentes os vereadores: João Deda, Manoel S. Xavier , Bento de Farias, Acir Krainski Pinto, José Luiz de Castro, Daniel Coreluk, Osmar Teider, Cesar A. Leoni, Lisandro de Andrade, Pedro M. de Siqueira, Celso S. Xavier, João Maria da Cunha Afonso e Pedro F. Bianchini Jr.

A hora regimental o senhor presidente declarou aberta a sessão, tendo início com a leitura da ata anterior que foi aprovada com ressalva do vereador José Luiz de Castro.

Do Expediente do dia lido pelo senhor secretário, constou o seguinte: Ofício da Prefeitura Municipal projetos de Lei nºs 24,25, 26 e 27/88. Telegrama da Faspar. Projeto de Decreto Legislativo nº 003/88, que reajusta os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal para 1.989. Requerimentos de autoria do vereador José Luiz de Castro, 1º solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal para que este constitua uma comissão para vistoriar a quadra de esportes do centro social de Àgua Azul; 2º Solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que constitua uma comissão de vereadores para visitar todas as obras em andamento fazendo um relatório da verdadeira situação em que se encontram; 3º solicitando ao Sr. Presidente desta Casa que faça uma contratação de um advogado para que na justiça possa defender os interesses dos moradores da comunidade do Passa Dois, com respeito ao borrachudo; 4º solicitando envio de oficio ao Sr. Secretário da Educação, para que dê seu apoio na liberação dos recursos para a construção das escolas N. Srª Aparecida e Santa Cruz em Água Azul. Requerimento de autoria do vereador José L. de Castro, solicitando que fosse enviado oficio ao Sr. Prefeito Municipal e ao Diretor Superintendente da Fundepar, pedindo informações do por quê não foram iniciadas as construções das Escolas Mirazinha Braga na Carqueja, N. Srª aparecida e Santa Cruz, em Água Azul.Ofício do Comando Militar do Sul 15º GAC, em resposta ao ofício 376/88 de pedido proposto pelo vereador José Luiz de Castro.

Livre a palavra sobre o expediente fez uso dela o vereador José Luiz de Castro, disse que o 1º requerimento dirigido ao Sr. Prefeito Municipal e ao Diretor Superintendente da Fundepar, solicitando informações do por quê ainda não foram iniciadas as construções de 3 escolas no interior do Municipio. Estas escolas conforme seu conhecimento os respectivos convênios foram assinados em junho de 88. Sábado passando na comunidade de Àgua Azul, pode reparar que nenhuma delas foram iniciadas. Este pedido é para tomar conhecimento do fato e principalmente para esclarecer aos moradores da comunidade.

Solicitando um aparte o vereador João Afonso disse que com referência a escola da Carqueja, foi feita a terraplanagem onde disseram que dali trinta dias seria iniciada a construção e até hoje não iniciaram.

Solicitando um aparte o vereador Luiz Eduardo disse que o que sabe sobre a construção das escolas, inclusive fez parte da comissão de licitação, onde os recursos que vieram para se construir 3 escolas não dá para construir uma. Estão esperando para ver se a Fundepar completa ou a Prefeitura terá que completar os recursos.

Continuando o vereador José Luiz disse que quanto mais passa o tempo, é maior a inflação sendo que na época, foi feito o convênio num preço fixo, lógicamente quanto tempo mais passar vai inviabilizar no sentido financeiro. O 2º requerimento solicitou ao Sr. Secretário da Educação o seu apoio na liberação dos recursos para a construção das escolas de Água Azul, por incrivel que pareça, estas escolas estão sendo escoradas por fora, correndo o risco de desabamento em cima das crianças. Se estas escolas vierem a cair a responsabilidade será do Estado, sendo muito ruim para a administração Estadual e também para a administração municipal. Não se justifica tanto tempo para liberação dos recursos para suas construções.

Solicitando um aparte o vereador Lisandro disse querer uma informação do vereador José Luiz, quando numa ocasião veio recursos para tres escolas, onde na época o vereador estava na administração, desde aquele tempo, inclusive foi feito alguns reparos pelo próprio povo, onde tem em mãos documentos sobre a construção das escolas e para onde será que foram os recursos.

Respondendo o vereador José Luiz disse que foi quando das obras do pró rural. Naquela época foi consultado o Sr. Sebastião de Meira, onde ele queria que fosse construído duas salas de aula em Água Azul, onde foi justificado a ele que não poderia ser construído duas salas de aula visto ficar uma ociosa por ter 27 alunos apenas e a Fundepar não iria aprovar duas salas de aula para 27 alunos apenas. Então o Sr. Sebastião achou que uma sala de aula apenas não era suficiente, foi este o motivo que a escola não foi construída. O 3º requerimento foi proposto para que o sr. presidente da Câmara contratasse um advogado para que na justiça defenda os interesses da comunidade do Passa Dois. Esta comunidade estava de acordo para fazer um mutirão para ver se acabavam com o borrachudo no Passa Dois, já que as respostas que chegaram foram desanimadores, então está tentando para que o Sr. Presidente faça esta contratação do advogado. Todos sabem que a nova constituição dá amparo muito grande com referência ao meio ambiente. O 4º requerimento foi para que esta Casa faça uma comissão de vereadores para vistoriar todas as obras em andamento, fazendo um relatório da verdadeira situação que se encontram, dando ciência ao Prefeito Municipal. Isto porque andando pelo interior verificou que as obras estão paradas ou em andamento pequeno, sendo o caso das casas de Mato Queimado, construção do mini-posto do Rio da Várzea. O 5º requerimento foi para que o Sr. Prefeito Municipal em regime de urgência, constitua uma comissão para fazer uma vistoria na quadra de esportes do centro social de Água Azul, recentemente recuperada e apresentando sérios defeitos, comprometendo todo o dinheiro gasto, o que não se justifica que firmas venham fazer serviços de tão péssima qualidade, recebendo o valor pedido.

Com a palavra o Presidente da Câmara vereador Antonio Ruiz Paloma, esclareceu ao vereador José Luiz com referência ao pedido de

contratação do advogado, que a Câmara não tem orçamento para isto, sugerindo que fosse feito pedido ao Executivo, visto ter lá 4 advogados, onde alguns deles poderá defender esta comunidade.

Com a palavra o vereador Cesar A. Leoni, disse entender que com referência aos pedidos de informações de construção de escolas, comissão de avaliação são válidos, mas no tocante ao pedido desta Casa contratar um advogado para defender a comunidade do Passa Dois, torna-se mais complexo, porque assim estarão abrindo uma brecha para que o restante da população que se vê prejudicada no que toca as justas aspirações, reivindicações também terão que atender. Por isso achou louvável a atitude do vereador José Luiz, mas para não se tornar uma discussão mais prolongada, sugeriu que retirasse este requerimento, fazendo com que as coisas aconteçam neste final de ano. Se assim não entender o vereador, solicitou à Mesa que o requerimento fosse discutido na próxima sessão.

Com a palavra o vereador Manoel S. Xavier, disse que inscreveu-se para fazer comentário sobre o expediente chegado do 15º GAC, por ter certeza que o vereador José Luiz não ia se referir a este expediente. Isto porque na semana passada, veio um expediente da Prefeitura, onde ela se negou a dar ajuda, porque a época não é própria. O vereador criticou o Executivo, disse já ter acertado com o quartel e que não podia mudar a data do mutirão, então causou estranheza que ao receber o expediente negativo do 15º GAC, o vereador não se referiu em momento algum, achando que deveria solicitar xerox, criticar como fez quando recebeu expediente da Prefeitura. Não quiz fazer críticas, mas acha que o vereador não podia impor datas a nenhum órgão e sim solicitar deles quando poderiam ajudar no mutirão, por serem órgãos que tem que obedecer a um organograma.

Não havendo nenhum mais dos senhores vereadores inscritos, o Sr. Presidente consultou ao vereador José Luiz se retirava o requerimento ou ficava para discussão o referido requerimento.

Respondendo o vereador José Luiz disse que ficaria para discussão.

Então o Sr. Presidente declarou todos os requerimentos deferidos ficando os mesmos à disposição na Secretaria desta Casa, com excessão do requerimento que foi pedido para discutir pelo vereador Cesar A. Leoni.

De imediato passou-se à Ordem do Dia:

1ª discussão - Projeto de Lei nº 006/88, de autoria do vereador Luiz Eduardo Kuss Marins, que dá denominação a uma das ruas da cidade, de Rua Milette Gabriel Baduy

Livre a palavra para discussão fez uso dela o vereador Luiz E. Kuss Marins onde leu a justificativa do projeto de Lei nº 006/88, que ao propor este projeto de Lei para apreciação dessa colenda Casa, estava visando homenagear uma pessoa bastante benquista e bastante lembrada em nossa cidade que é o Sr. Milette Gabriel Badny. Pessoa que viveu em nossa cidade por longos anos de sua existência, aqui desfrutou de um largo círculo de amizade. Amizade conquistada por sua simplicidade, educação e diplomacia com que tratava todos aqueles que o cercavam. Foi por muitos anos funcionário e chefe do Detran, e ao a-

posentar-se mudou-se para Curitiba onde veio a falecer. Foi por duas legislaturas vereador desta Casa. tendo exercido respectivamente os cargos de secretário e vice-presidente, na Comissão Executiva, tendo sido ainda vice-prefeito municipal no período de 1.968-1972. Pelas suas qualidades merece ele esta homenagem.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse ser bem lembrada esta homenagem proposta pelo vereador Luiz Eduardo, a um cidadão que quando vivo trabalhou para o engrandecimento da Lapa, ocupando cargo de vereador e vice-prefeito, seu voto foi favorável, devido a importância que teve o Meleda no contesto Municipal na época em que ele entrou na política da cidade.

Nenhum mais dos senhores vereadores querendo discutir o projeto de Lei nº 006/88, foi o mesmo submetido em votação secreta. Após a votação foram convidados para escrutinadores os vereadores Daniel Coreluk e Manoel S. Xavier, onde o projeto foi aprovado por 15 votos , ou seja por unânimidade.

Em seguida passou-se para 1ª discussão do projeto de Lei 21/88 que estima a Receita e fixa Despesa do Município para o ano de 1989.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o vereador Cesar A. Leoni, disse que de acordo com as prerrogativas trazidas pela nova constituição, poderia o legislativo dispor de uma assessoria técnica nesta Casa de Leis para influir nas destinações dos recursos a serem aplicados pela municipalidade no ano de 1.989.Porém não existindo esta assessoria e não existindo entre os vereadores pessoas adequadas para fazer estudos sobre a proposta orçamentária não resta outra alternativa, senão a de aprovar o proposto pelo Executivo Municipal.Notando-se que está de certo ponto coerente, isto porque prevê-se neste orçamento um aumento em torno de 750 % de índice inflacionário para o ano de 89. Ficou contente por ver embutido no orçamento verba solicitada através de requerimento, a inclusão de dotação para a construção de uma creche. Da forma pode dizer que está em condições de ser aprovado e disse isso por basear-se nos pareceres das Comissões. Se eventualmente houver erros de soma, não será por culpa deste vereador e muito menos do plenário. É uma matéria difícil até para a própria comissão elaborar parecer como foi elaborado. Fez uma ressalva quanto as despesas com pessoal contida no orçamento, isto porque a nova constituição estabelece índices máximos de aplicação com despesas de pessoal. Espera que esteja correto neste aspecto, não restando outra coisa a não ser aprová-lo.

Com a palavra o vereador Manoel S. Xavier, disse que o vereador Cesar falou muito bem em todos os segmentos do orçamento. Como o Legislativo não tem pessoas adequadas para analisar o projeto, a Comissão de finanças teve a preocupação de trazer aqui para pelo menos dar uma explicação formal a pessoa responsável pelo setor financeiro.Então junto com a presidência esta comissão solicitou uma explicação mais detalhada para pelo menos ter uma noção, porque não é possível compreender um projeto desta natureza. Analisando setor por setor, houve um aumento em torno de 500%, isto pegando o orçamento de 88 com o excesso de arrecadação, achando que está dentro dos parâmetros. Depois de elaborada a Constituição Estadual, virá para esta Casa, onde

será feita a Municipal e através disso o vereador terá meios para mexer no orçamento, talvez a nova Câmara tenha que contratar um técnico ou um jurista para mexer no orçamento caso seja preciso.Esta Comissão diante disso deu parecer favorável onde possa concertar alguma coisa no decurso do ano vindouro.

Nenhum mais dos senhores vereadores querendo discutir o projeto 21/88, foi o mesmo colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Não havendo nada mais para a Ordem do Dia, passou-se de imediato para explicações pessoais:

Livre a palavra fez uso dela o vereador Cesar A. Leoni, disse que não no sentido de crítica, mas quiz registrar primeiramente da grande frustração que trouxe`a diversas pessoas que tem lhe procurado com referência ao Mercadão Popular aqui implantado, por não ser o esperado. Isto porque, diversos preços praticados estão acima do preço comum do supermercado de nossa cidade. Isso fez à classe menos favorecida que esperava que efetivamente fosse ter uma vantagem grande, ao fazer os primeiros contatos verificaram que diversos ítens estão acima dos preços do mercado. Provavelmente aconteceu por motivo de elementos encarregados do setor, terem feito uma média, uma pesquisa com antecedência nos preços do comércio aqui praticado.Deixou então registrado a frustração, citando como exemplo o preço do azeite, do arroz, do sabão. Fez um apelo para que os encarregados do setor, para que tragam preços que efetivamente sejam vantajosos para a população. Também falou que, dando uma olhada superficial no boletim de agosto/88, verificou contratações praticadas pelo Executivo Municipal, onde a Lei terminantemente proibe este procedimento nos meses que antecedem as eleições. O subterfúgio usado foi o contrato de locação de serviços. Fazendo este tipo de contrato está fugindo de certas responsabilidades que a CLT faz com que o empregador tenha para com o empregado. Estes contratos de locação de serviços são feitos para contratar técnicos. Então a saída foi esta sendo totalmente ilegal. A responsabilidade não é de quem aceita o contrato e sim de quem faz o contrato.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse quanto a vinda de um ofício do 15º GAC, já na semana anterior tinha o conhecimento de que a resposta seria não. Conversando com o mesmo oficial que havia conversado anteriormente, este informou que o Coronel daria resposta negativa. Isto porque neste mês há uma série de programações dentro do quartel, logicamente tal fato foi inviável. É vereador e sua função é de nível municipal. Se a Prefeitura é um órgão que deve estar sobre a fiscalização desta Casa e a resposta deste órgão que é nosso, é municipal disse não, não tem o direito de criticar uma resposta de um órgão federal já que não é representante federal. Foi feito uma solicitação ao quartel, não uma inposição. O pedido se faz e o órgão atende ou não, agradeceu ao comandante do Quartel a resposta vinda. Solicitou à presidência ser colocado o mais breve possível o projeto de Lei de sua autoria , fazendo valer o regimento interno desta Casa. Solicitou também com respeito ao convite feito ao Sr. Gerente do Banco do Brasil, para vir até este plenário

explicar alguma coisa sobre o Fundec, já se passou mais de um mês e infelizmente não se teve o pedido aprovado e nem a vinda do Sr Gerente, onde sabe-se que ele trará boas notícias ao municipio da Lapa.

Com a palavra o vereador João M. da Cunha Afonso, disse querer deixar registrado nesta Casa um voto de louvor à todos os candidatos a vereador que estão pleiteando a eleição de 88. Andando pelo Municipio tem encontrado diversos candidatos, onde falando com o pessoal das comunidades estão elogiando a desenrolar da campanha. Todos estão com espírito de cidadão lapeano, defendendo e propondo o trabalho em prol da Lapa. Também neste nível de patriotismo e de irmãos que continue depois das eleições, acreditando que cada partido terá seus representantes nesta Casa. Que estes vereadores se emanem trabalhando em prol da Lapa, que não seja fechada as portas da Prefeitura como foi nesta gestão, para muitos vereadores. Também referiu-se ao debate feito entre os quatro candidatos a prefeito, sendo em nível muito bom, um respeitando o outro, onde merecem elogios.

Não havendo nenhum mais dos senhores vereadores inscritos para explicações pessoais, o Sr. Presidente consultou o plenário vendo da possibilidade de se fazer a próxima sessão na quarta feira dia 09 ou na segunda feira dia 14 mesmo. Foi sugerido dia 10/11/88, quinta feira. Colocado em plenário foi aprovada por 12 votos contra 2.

Em seguida o Sr. Presidente agradeceu a presença dos visitantes assim como a dos senhores vereadores e convocou-os para a próxima sessão dia 10/11/88 a hora regimental com a seguinte ordem do dia:

1ª discussão:Projeto de Lei nº 24/88, que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar.

Discussão Única:Decreto Legislativo nº 003/88, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.

2ª discussão:Projeto de Lei nº 006/88, que dá denominação a uma das ruas da Vila do Principe.

2ª discussão: Projeto de Lei nº 21/88, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 1.989.

Discussão Única: Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro.

Para constar, eu, Maria Lucia Kuss, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por todos assinada.